

V ELENPIC

A IMPRENSA INTEGRALISTA E SUA PROPAGANDA POLÍTICA NO JORNAL ACÇÃO (1936-1938).¹

JEFFERSON R. BARBOSA²
(jrb@marilia.unesp.br)

Resumo: A Ação Integralista Brasileira apresentava-se em sua propaganda oficial como um “Movimento de Cultura” embora tenha se tornado partido político em 1935. Neste mesmo ano fundam o Sigma- Jornais Reunidos, um consórcio jornalístico com 88 jornais em circulação por todo o território nacional visando as eleições para a Presidência da República que ocorreriam em 1938 onde apresentavam a candidatura de Plínio Salgado, fundador e *chefe nacional*. A rede de propaganda integralista utilizava-se além de jornais também de livros e do rádio para divulgar sua campanha doutrinária e sua propaganda eleitoral. Os jornais em geral tinham como propósito popularizar a doutrina produzida pelas lideranças do movimento, porém os jornais diários apresentavam também discussões sobre os principais acontecimentos da vida política nacional e internacional. Em 1936 os integralistas do Estado de São Paulo fundaram o jornal *Acção*, diário vespertino que circulou até 1938, ano que Getúlio Vargas coloca todos os partidos na ilegalidade, inclusive a AIB que teve participação efetiva na implantação do golpe do Estado Novo. O discurso do jornal tinha um caráter nacionalista e defendia a perspectiva de organização do Estado em moldes corporativistas. Algumas propostas de projeto nacional defendida pelos integralistas encontraram eco nos desdobramentos políticos do Estado Novo e refletem o debate intelectual travado desde o início do século XX entre intelectuais brasileiros que pensaram a organização nacional através de modelos de “Estado Forte”. Buscaremos então compreender as possíveis mudanças no discurso do jornal “*Acção*” após 1937 e as similaridades e diferenças entre sua proposta política diante da Constituição promulgada no mesmo ano e como estas propostas refletiam uma tradição cultural de pensamento autoritário que cristalizava-se no debate nacional sobre questões relativas ao Estado.

Palavras-chave: Integralismo; Imprensa; Propaganda Política; Partido Político.

¹ O presente texto faz parte da pesquisa “A imprensa integralista o jornal *Acção* (1936-1939)” E é financiada pela CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento para o Pessoal de Ensino Superior.

² Graduado em Ciências Sociais com Licenciatura Plena em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP – Universidade Estadual Paulista. Campus de Marília, São Paulo Brasil, sob a orientação do Prof. Doutor Francisco Luís Corsi.

POLÍTICA, CULTURA E A IMPRENSA INTEGRALISTA NO BRASIL DE 1930.

A presente proposta busca analisar o pensamento integralista, o projeto político da AIB (Ação Integralista Brasileira) e a construção do Estado Integral na sua relação frente à expansão da imprensa nacional na conjuntura histórica nacional nos anos 20-30, no fluxo de conexões de ordem estrutural e super estrutural da realidade brasileira e seus reflexos na expansão dos setores de comunicação de massa como o rádio, o surgimento das primeiras editoras, voltadas para um mercado interno lançando títulos de autores nacionais que tinham como problemática da cultura nacional e suas heranças na discussão de um projeto nacional, e a formação dos primeiros Consórcios jornalísticos de alcance nacional, trazendo a tona os debates e propostas acerca de nossos caminhos a serem seguidos no sentido político nesse contexto social de transição da sociedade brasileira dos anos de 1930-1940, propiciada pelos efeitos da Revolução Cultural, Técnica e Científica organizada nos anos de 1920.

O impacto gerado pelas conjunturas de um período entre guerras com a presença de diversas formas de consciência nacionalista e da discussão da concepção materialista liberal possibilitou a ampliação e a divulgação do pensamento autoritário e de regimes caracterizados por Estados intervencionistas, propiciando a eclosão de movimentos sociais de toda ordem e de estratégias de resistências de segmentos sociais emergentes, como a classe média urbana e o operariado que numa posição antagônica em busca da hegemonia utilizavam os novos canais de comunicação para difundirem suas culturas políticas em meio a sociedade civil.

A pesquisa tem como proposta evidenciar aspectos do pensamento integralista e as práticas recriadas no complexo aparato ideológico da AIB, fundada em 1932 por Plínio Salgado e os intelectuais da Sociedade de Estudos Políticos (SEP). Esses atores sociais sensíveis ao contexto de uma sociedade em transição conciliaram os avanços e as transformações culturais que a modernização e a urbanização impunham, sem deixar de garantir a manutenção dos valores colocados como fundamentais pelo paradigma doutrinário do movimento, legitimado pela máxima: “Deus, Pátria e Família”. Colocando no debate político da década de 30 a proposta de uma organização política que preconizava enaltecer os pressupostos de uma pretensa filosofia política de valorização da herança

cultural brasileira. Que ganha configuração no “Mito do Caboclo” construído por Plínio Salgado, seu instrumental retórico-analítico para legitimar que a idéia de “Homen Integral” (o militante integralista) que era o guardião das tradições nacionais, expressadas em seu nacionalismo de homem das regiões interioranas do país que não estava corrompido pelos vícios dos centros cosmopolitas da sociedade liberal. A relação entre a AIB, no contexto da eclosão de Estados Autoritários e Fascistas, com os movimentos de ampliação da expressão política, principalmente da sociedade civil organizada, nos anos 30-40 trazem importantes contribuições para a compreensão dos costumes políticos e dos papéis socialmente atribuídos a homens e mulheres na sociedade brasileira do início do século XX.

Revisando a perspectiva historiográfica sobre o assunto (em grande parte produzida durante os anos 70) ampliar-se-á o campo de análise através da leitura da intelectualidade integralista e de uma documentação de fontes primárias, entre jornais, cartas, manifestos, estatutos existentes no arquivo público de Rio Claro, onde se encontra o acervo de Plínio Salgado.

A utilização da análise da ideologia vislumbrando entender o que é dito, porque é dito e para quem é dito, culminou na ampliação da historiografia, principalmente aquela elaborada nos anos 70. A presente pesquisa, portanto vem ao encontro da necessidade de estudo mais pontual sobre a construção do pensamento integralista frente uma sociedade em transição nos anos 30, onde as relações de disputa entre culturas políticas antagônicas num conflito no campo de ideologias políticas que firmavam seus discursos se apresentando como portadoras dos interesses da nação que deveriam ser captadas por um novo projeto político em gestação.

O estudo do projeto político integralista resultou na análise das conjunturas das décadas de 20 e 30 buscando compreender as influências do processo histórico nacional na sua relação com a construção dos postulados ideológicos da Ação Integralista Brasileira, enfatizando a questão do debate nacionalista e a busca por um projeto nacional autônomo. Buscamos compreender a estrutura e funcionamento da AIB enquanto organização rigidamente hierarquizada sob os valores de ordem e disciplina que refletia sua proposta política de modelo organizacional corporativista.

Ao consultar uma bibliografia mais específica da imprensa oficial da organização, como livros e jornais, enfatizamos em nossa investigação compreender a posição dos

líderes do movimento acerca do projeto de desenvolvimento para o Brasil formulado pela AIB.

A AIB enquanto partido político obteve êxito em sua campanha ao defender em seu discurso temas do debate intelectual da época como o catolicismo, as tradições culturais brasileiras, o nacionalismo e ao utilizar, além dos cursos de formação de militantes, meios de comunicação de amplo alcance como o rádio e a imprensa escrita. Onde os livros tinham a função de doutrinar seus membros e os jornais de popularizar seus princípios.

Nas primeiras décadas do século XX, a história política nacional foi marcada por forte instabilidade e por vivo debate; a partir de 1930 se inicia uma ruptura institucional consagrada como “Revolução de 30”, terminando sob a égide de nova ruptura, a decretação do denominado Estado novo.

A imagem do “novo” tem sido até nossos dias uma forte arma na luta política. Como as instituições republicanas eram apontadas como inadequadas à realidade nacional, parecia que tudo seria possível. As experiências políticas anteriores à referida Revolução faziam parte do “velho”, as quais muitos procuraram contrapor com o discurso do “novo”, uma reconstrução (BORGES, 2003). O mais evidente exemplo disso era o discurso oficial, mostrando que foi iniciada uma “República Nova”, opondo-se a “República Velha”.

O que constituiria esse “novo” destaca-se no título das obras acerca da realidade nacional (OLIVEIRA, 2003) e era desenvolvido nas mais diversas vozes de ensaístas e representantes de novas tendências políticas que eclodiam no Brasil rompendo com as experiências político-partidárias tradicionais.

Os intelectuais desse período estimularam um debate crítico sobre a vida política da nação, numa abordagem que enfatizava a urgência de uma sociologia que traria intensa carga de reflexão para nortear as análises do país (PECÁULT, 1990). O ramo editorial pela primeira vez se dirigia com determinação para temas e mercados nacionais.

No final da década de 30, em especial no pensamento conservador, surgem as primeiras publicações com a temática acerca das origens da Revolução; as transformações na política nacional nesses sete anos teriam sido um processo de “transição” inevitável e “natural”. Francisco Campos autor da Constituição de 1937 e Ministro da Justiça escreveu nessa perspectiva em 1938 "Os problemas do Brasil e as grandes soluções do Novo Regime"³.

³ CAMPOS, Francisco. *Os problemas do Brasil e as grandes soluções do novo regime*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. 51p.

Duas tendências, então, começam a se delinear e a se cristalizar nesse cenário: em primeiro lugar, a emergência, cada vez mais forte, de um tema nacionalista, que conterà dois subtemas: o primeiro deles é a necessidade de uma nação una, unificada e harmoniosa, que não sofra periodicamente convulsões. Para isso será necessário começar a pesquisar a verdadeira base sobre a qual se constitui a nação. O segundo subtema é a emergência, nesse caso mais lenta, de algo que esta quase sempre embutido no nacionalismo: a oposição ao externo, a tudo que é exterior, exógeno.

A Segunda tendência será a lenta cristalização de um pensamento ou ideário autoritário-conservador. Para esse pensamento não se tratará, é claro, de propugnar a volta ao “velho”, representado na nossa herança política senhorial, mas sim de repensar a república forte, que escapasse das flagrantes deficiências da República liberal (NOVAES, 1996). Sem dúvida, dentre as produções sobre a realidade nacional no início do século XX, o pensador que melhor que exprimiu essa tendência foi Alberto Torres, cuja a influência sobre as gerações posteriores foi enorme (OLIVEIRA, 2003). Publica, em 1914, dois livros que serão, durante bom tempo, o ponto a partir do qual se procurou pensar e, sobretudo, repensar a realidade brasileira; “O problema nacional brasileiro” e “A organização nacional”⁴.

O ideário de Torres é caracterizado pela necessidade de organização corporativa do país sob uma perspectiva nacionalista e através de um Estado forte e centralizado defendendo a idéia do potencial agrícola país.

No contexto de popularização da imprensa, nas primeiras décadas do século passado, versando uma temática nacional, estavam sendo lançadas as bases fundamentais de uma ideologia de Estado forte, e ela tenta responder tanto aos problemas reais como os anseios subjetivos de determinados setores da população. Segundo Novaes (1996), quem vai saber melhor combinar e usar esse conjunto de temas será sem dúvida, o discurso integralista.

Desde o período de atuação jornalística de Plínio Salgado no jornal “A Razão” em sua coluna “Notícias Políticas” o governo federal foi alvo de críticas pelo seu aspecto liberal e a própria criação da AIB em 1932 veio em resposta a inconclusão da Revolução de 30 (TRINDADE, 1974).

⁴ TORRES, Alberto. *A Organização Nacional*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional. 1982. _____. *O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1938.

A Revolução de 30 era interpretada por Plínio Salgado como uma simples luta de caudilhos, como uma mera troca de governantes e uma ausência de qualquer proposta doutrinária (SALGADO, 1955). Dessa maneira os acontecimentos políticos que datam desse período não poderiam ser classificados como uma revolução, e sim como um “Golpe de Estado” ocorrendo á substituição de um grupo dominante por outro. Esse posicionamento crítico de Salgado acerca da das transformações políticas de 30 fundamenta-se no caráter liberal a elas atribuído. Salgado defensor de um Estado forte e centralizado era contrário a Legislação Eleitoral promulgada por Vargas em 1932 que garantia o continuísmo do sufrágio universal a existência de partidos políticos e de eleições que estavam marcadas para 1934. Para Salgado, então, tornava-se extremamente necessária a criação de um movimento efetivamente revolucionário, baseado em uma alternativa singular aos modelos liberais e comunistas⁵, que, segundo a ótica integralista, era resultado da concepção materialista de existência (ARAÚJO, 1988), e comprometia os valores espiritualistas em crise nas sociedades modernas (SALGADO, 1936) e destruíam nossas raízes culturais e nossas tradições num contexto de difusão das sociedades cosmopolitas liberais.. Esse movimento, para Salgado, era o Integralismo, que na sua propaganda se colocava como uma doutrina alicerçada na defesa dos princípios espiritualistas cristãos, legitimada por um ideal de Estado forte e organização corporativa, firmada na figura do líder e defendendo uma reforma moral e político-social em defesa da cultura e da família brasileira e que defendia o potencial agrícola do Brasil. A Ação Integralista Brasileira, fundada em 1932, na sua propaganda política, colocava-se como um “movimento de cultura”. Embora tenha se tornado partido político em 35, os integralistas enfatizavam o caráter singular do movimento que defendia em seu projeto político não apenas a conquista do poder, mas uma reforma na sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A IMPRENSA INTEGRALISTA E O JORNAL “ACCÃO”.

⁵ “No Brasil não era agudo o “perigo vermelho” sob a forma de pressão imediata de um proletariado numeroso e aguerrido, que apavorou a burguesia européia depois da Primeira Grande Guerra e criou condições para o êxito do fascismo; mas não se esqueça que este “perigo” era temido desde o início do século, sendo objeto de reflexões de um pensador que influenciou Plínio Salgado, como Oliveira Viana. (Ver por exemplo o estudo “Nacionalismo e questão social”, nos Pequenos estudos de psicologia social, S. Paulo, Monteiro Lobato, 1922, pp. 87-98.) Lembre-se, ainda, que houve aqui, no decênio de 1930 e sobretudo até o golpe de Estado de 1937, algo correspondente, sob a forma de histeria de classe. A Revolução de 30 abriu uma fase de grande inquietude, com radicalização para a esquerda em diversos setores e, de modo geral, um desafoço, uma curiosidade mental, um rasgar de horizontes, que pareciam o fim do mundo para os conservadores” (CANDIDO, Antonio. Prefácio de Antonio Candido. In: CHASIN, J. *O Integralismo de Plínio Salgado*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978 p. 18).

A utilização da propaganda política impressa através do livro e do jornal caracterizava a divulgação das idéias integralistas. Era principalmente por seu intermédio, que a doutrina da Ação Integralista Brasileira chegava até o militante (TRINDADE, 1974). O livro veiculava as idéias produzidas pelos teóricos do partido e o jornal as popularizava. A doutrina mantinha-se viva para o integralista graças a sua materialização através do jornal.

O jornal desempenhava, assim, a função de atualização e popularização do “corpus teórico” integralista junto aos militantes.

O jornal era organizado não só com a finalidade de doutrinar, mas, mais do que isso, de transmitir a doutrina de modo uniforme. As publicações que circulavam nas regiões interioranas seguiam o mesmo padrão gráfico e eram organizadas de modo a reproduzir aos jornais maiores, editados nas capitais onde se encontrava a elite dirigente do partido, em São Paulo e Rio de Janeiro. Os jornais do interior tinham como característica a não divulgação de informações sobre suas respectivas localidades e sobre a política local, seguindo uma padronização da notícia, de modo a informar os militantes das regiões sul a nordeste de forma homogênea.

Essa uniformidade das publicações integralistas pode ser observada através de um artigo do jornal *O Integralista* apud Cavalari (1999, p.83): “O INTEGRALISTA não obedece a um programa seu. Não se afastará nunca dos postulados da Ação Integralista Brasileira, que, de fato, dá um sentido único a todas as suas publicações”.⁶

O *sentido único* das publicações integralistas, segundo Cavalari (1999), poder ser entendido como sendo composto de uma dupla essência; único no sentido de veicular as mesmas idéias, mas único também no sentido de obedecer à mesma forma de diagramação. Havia, portanto, uma padronização da imprensa integralista tanto com relação ao conteúdo que veiculava, quanto com relação à forma como era estruturada aos leitores.

A criação em 1935 do Sigma – Jornais reunidos, da Secretária Nacional de Imprensa (S. N. I.) e as Comissões de Imprensa refletem a intencionalidade de garantir a unificação do Movimento através do pensamento e da orientação doutrinária através deste *sentido único* defendido na propaganda oficial da AIB.

⁶ Os jornais citados encontram-se no Arquivo Histórico Público Municipal de Rio Claro, ver: *O Integralista – Órgão da Ação Integralista Brasileira* (Província do Paraná), Curitiba, PR, n.1, ano I, ago. 1934.

O Sigma- Jornais Reunidos, um grande consórcio jornalístico, subordinado a Secretária Nacional de Propaganda, devidamente autorizado pela *Chefia Nacional*, compreendia um conjunto de 88 jornais em circulação por todo o território nacional:

Homogeneamente já unidos pelo Sigma, os jornais integralistas do Brasil, cujo numero cresce dia a dia, e já sob hoje a 88, ficaram agora, conjugados para fins de publicidade, sob a direção da Secretária Nacional de Propaganda, Devidamente autorizado pela Chefia Nacional, constituindo, assim, o maior monobloco jornalístico até hoje criado na América do Sul. Mais um passo para a unificação nacional, pelo pensamento, pela cultura e pela orientação doutrinária.⁷

A Secretária Nacional de Imprensa (S.N.I.) funcionava também como estratégia de controle, adotada pela AIB para garantir a referida padronização dos jornais integralistas. Todo jornal do Movimento era obrigatoriamente orientado a enviar à S.N.I. um exemplar de cada edição e outro ao *Chefe Nacional*, Plínio Salgado. Sua função era orientadora e punitiva, como salienta a documentação interna do partido: “Esses jornais (...) estarão sujeitos, sempre que necessário, à observação direta da S.N.I. que poderá cassar-lhes a qualidade de órgãos integraslistas”.⁸

A imprensa integralista não podia ser livre para expressar idéias, mesmo relativas ao seu arcabouço ideológico. Deveria ser partidária, porém, necessariamente adepta da idéia única. Sua função era orientar o povo. Para dar as massas esta orientação Plínio Salgado desenvolveu o *Código de Ética Jornalística* refletindo a concepção que este tinha do modelo de Imprensa por ele proposto: “Faze do jornal um órgão de educação e criação, e jamais um órgão passivo, escravizado às massas (...) é o século do jornal doutrinário, porque o povo quer se orientar”.⁹

Segundo referencias apresentadas por Cavalari (1999), no *Monitor Integralista* de 7 de outubro de 1937, no artigo as realizações da AIB, apresentavam-se de forma “ufanista” as realizações do movimento em diversos campos de atividade; em especial a respeito da Imprensa Integralista:

A imprensa integralista é representada pelos seguintes órgãos de publicidade:

a) 8 grandes diários: ‘A Offensiva’, do Rio de Janeiro, ‘A Acção’, de São Paulo, ‘O Imparcial’, da Bahia, ‘Diário do Nordeste’, do Recife, ‘A Província’, de Maceió, ‘A Razão’, de Fortaleza, ‘Acção’, de São Luís do

⁷ O Aço Verde apud Cavalari (1999, p.83) ver: *O Aço Verde*, n.16, out. 1935. Arquivo Histórico Público Municipal de Rio Claro.

⁸ Protocolos e rituais da AIB, Capítulo XVII (Da imprensa Integralista), Artigos 222 e 223. In: *Enciclopédia do Integralismo*, vol. XI, p. 136, Rio de Janeiro: Clássica Brasileira, 1959.

⁹ *CÓDIGO DE ÉTICA JORNALÍSTICA*. Fundo Plínio Salgado; Arquivo Público Municipal de Rio Claro, (s.d).

Maranhão e ‘Correio da Noite’, de Porto Alegre. Estarão brevemente em circulação, mais dois grandes diário integralistas, um em Belo Horizonte e outro em Curitiba;

b) 105 hebdomadários e quinzenários espalhados por todas as Províncias;

c) 3 revistas ilustradas; ‘Anauê’ e ‘Brasil Feminino’, no Rio de Janeiro e ‘Sigma’, em Niterói;

d) Uma Revista de alta cultura: ‘Panorama’, de São Paulo;

e) O ‘Monitor Integralista’, jornal oficial da AIB;

f) Cerca de 3.000 boletins, semanais e quinzenais, impressos e mimeografados, referentes ao serviço de cada Núcleo.¹⁰

Como já foi apontado, o livro e jornal estavam articulados para doutrinar o integralista. O livro veiculava as idéias que seriam popularizadas através dos jornais. Estes, por sua vez, reforçavam junto ao leitor, a necessidade da leitura, a importância do livro. A *Bibliografia Integralista*, isto é, a relação dos livros recomendados aos militantes era determinada pela direção do movimento. Os livros apareciam nos jornal através de colunas onde eram recomendados: a “Bibliografia Integralista”; obras escritas por intelectuais do movimento e, os “Livros recomendados aos Integralistas”; recebendo a classificação de *Principais subsídios no Brasil*: onde eram indicados obras sobre sociologia, política brasileira e livros de autores conservadores, porém, não integralistas.¹¹

Ao examinarem-se, de forma geral, esses periódicos, podem-se perceber, de forma nítida dois tipos de jornais: os jornais maiores, diários, que embora claramente doutrinários, não se limitavam apenas à transmissão da doutrina, mas traziam notícias com fotos, “charges”, sobre política nacional, internacional e economia, além de assuntos como cultura e esportes. Este era o caso dos jornais *A Offensiva* e o *Acção*. Além desses, os jornais menores, semanais ou quinzenais, se dedicavam quase que exclusivamente a transmitir a doutrina e notícias sobre o movimento. Duas características são marcantes na imprensa integralista; a obediência ao mesmo padrão gráfico e o constante recurso a estratégias de persuasão; através da repetição, da transcrição de trechos de obras da intelectuais do movimento e o uso de lembretes. Essa estratégia de persuasão através de lembretes, embora presente em todo período de existência da AIB, foi intensamente

¹⁰ Monitor Integralista apud Cavalari (1999, p. 87), ver: MONITOR INTEGRALISTA, n. 22, out. 1937. Arquivo Público Municipal de Rio Claro.

¹¹ Os livros recomendados como “Principais Subsídios no Brasil” apresentavam com destaque obras de Alberto Torres, Oliveira Vianna, Tristão de Athayde e Farias Brito. Esses autores representantes do pensamento autoritário conservador brasileiro são apresentados por Trindade (1974) como principais influências na formulação da ideologia integralista de Plínio Salgado. A relação de autores recomendados pela AIB que fazemos referência consta no jornal Monitor Integralista apud Cavalari (1999, p.113), ver MONITOR INTEGRALISTA, n.5, fev. 1934. Arquivo Histórico Público Municipal de Rio Claro.

utilizada durante a campanha de Plínio Salgado à Presidência em 1937¹². O apelo dos lembretes se dava tanto no sentido de convocar eleitores ao alistamento, quanto no de votar no integralismo.

A investigação acerca de como o projeto político da AIB se fundamentava no que concerne a sua proposta de organização de Estado, já desenvolvida em fase anterior de nosso estudo acerca do tema¹³ nos motivou ao estudo de um novo objeto dentro do mesmo tema; a investigação da imprensa integralista. A propaganda política faz parte da “guerra psicológica” (ARENDDT, 1979) e é o método para atingir não somente os militantes de respectivas ideologias, mas também para atingir aqueles que não fazem parte do universo ideológico compartilhado pelos adeptos de uma mesma crença.

O estudo de como o projeto político da AIB era apresentado através de um de seus principais jornais e como o movimento se pronunciou sobre as mudanças políticas ocorridas em 1937 nos parece uma investigação pertinente devido ao próprio contexto de envolvimento das lideranças do movimento no apoio e na deflagração do golpe¹⁴, nos possibilitando contribuir para o debate sobre o pensamento autoritário no Brasil do início do Século XX em suas manifestações diversas.

Ao investigarmos da imprensa da Ação Integralista Brasileira propomos entender propriamente o pensamento autoritário conservador no Brasil através de um de seus movimentos de maior expressão (TRINDADE, 1974). Buscamos compreender o pensamento integralista através de sua propaganda política e suas formulações referentes a sua concepção de Estado analisando o jornal *Acção*. O trabalho é relevante pois não existem estudos específicos sobre a imprensa do movimento.

¹² No segundo semestre de 1937, enquanto a campanha para as eleições presidenciais marcadas para janeiro do ano seguinte se desenrolava nas ruas o presidente Getúlio Vargas articulava com a alta cúpula das Forças Armadas o golpe do Estado Novo. Plínio Salgado, principal dirigente e candidato da AIB à presidência, estava a par das intenções de Vargas e dava-lhes, inclusive apoio (SILVA, 1971), a imprensa integralista que hora centrava-se na propaganda eleitoral da candidatura de Salgado a presidência, porém com o advento do golpe, redireciona sua propaganda no sentido da inevitabilidade das mudanças políticas que estavam em processo. No início do mês de novembro Salgado retirou sua candidatura e manifestou solidariedade à luta que Vargas dizia travar contra a ameaça do comunismo e os efeitos desagregadores da democracia liberal. A expectativa que Plínio Salgado então cultivava, alimentada pelos contatos que mantinha com o presidente, era de que o integralismo se tornasse a base política do regime a ser implantado com o golpe e que o Ministério da Educação do novo governo fosse entregue a um dirigente da AIB.

¹³ BARBOSA, J. R. *Sigma*: memória e história. O projeto político integralista e as relações de gênero (1932-1937). 2002. 70f. Trabalho de conclusão de Curso (Monografia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2002.

¹⁴ O êxito na implantação do Estado Novo, foi resultado da articulação e colaboração entre governo federal, militares e aliados políticos, entre eles a AIB (STANLEY, 1977, SODRÉ, 1968, SILVA, 1971) que prontamente colocava a disposição do governo suas milícias como braço armado em defesa do regime nas ruas em combate as atividades comunistas e seus instrumentos de propaganda política através de sua rede de imprensa visando

O conteúdo das propostas políticas defendidas pelo ideário integralista, que encontra ressonância nas concepções de intelectuais que pensaram a realidade nacional sob uma perspectiva de reformulação das instituições e no próprio modelo Estatal (NOVAES, 1996), também encontra eco nos desdobramentos do advento do Estado Novo¹⁵.

Como nossa herança cultural conservadora autoritária influenciou a formulação das novas propostas políticas de reformulação do Estado Nacional no período em discussão e como essas idéias eram articuladas na propaganda política da AIB é nosso objeto de interesse, haja vista, que o integralismo enquanto doutrina política, mesmo utilizando modernas técnicas de propaganda de massa não inventou necessariamente os temas centrais de sua ideologia, mas articulou idéias já incorporadas a uma tradição de pensamento sobre o caráter e os rumos da nação (NOVAES, 1996).

REFERÊNCIAS

- ALBERT, Pierre. *História da imprensa*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. 121 p.
- AMARAL, Azevedo, *1881-1942: O Estado autoritário e a realidade nacional*. Brasília: Câmara dos Deputados : Ed. da UnB, 1981. 161 p.
- ARAUJO, Maria C. *Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- _____. (Org.). *As instituições brasileiras da era Vargas*. Rio de Janeiro: FGV/UERJ, 1999.
- BRANDI, Paulo. Plínio Salgado. In: BELOCH, I.; ABREU, A . A . (Orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

influenciar a opinião pública para a implantação do golpe face ao suposto perigo representado pela Internacional Comunista.

¹⁵ O ano de 1937 representa uma nova fase no Governo Vargas (VIANNA, 1976). A quarta Constituição da história brasileira foi outorgada pelo presidente Getúlio Vargas no mesmo dia em que, por meio de um golpe de Estado, era implantada no país a ditadura do Estado Novo. Foi elaborada pelo jurista Francisco Campos, ministro da Justiça do novo regime, e obteve a aprovação prévia de Vargas e do ministro da Guerra, general Eurico Dutra. A essência autoritária e centralista da Constituição de 1937 à colocava em sintonia com os modelos fascizantes de organização político-institucional então em voga em diversas partes do mundo, rompendo com a tradição liberal dos textos constitucionais anteriormente vigentes no país. Sua principal característica era a enorme concentração de poderes nas mãos do chefe do Executivo. Do ponto de vista político-administrativo, seu conteúdo era fortemente centralizador, ficando a cargo do presidente da República a nomeação das autoridades estaduais, os interventores. Aos interventores, por seu turno, cabia nomear as autoridades municipais.

A intervenção estatal nas esferas da sociedade, seja na economia e nos meios de comunicação, tendência que na verdade vinha desde 1930, ganhava força com a criação de órgãos técnicos voltados para esse fim como o (DIP) Departamento de Imprensa e Propaganda (CARONE, 1976). Ganhava destaque também o estímulo à organização sindical em moldes corporativos uma das influências mais evidentes dos regimes fascistas então em vigor. Nesse mesmo sentido, o Parlamento e os partidos políticos, considerados produtos da democracia liberal, eram descartados. A Constituição previa a convocação de uma câmara corporativa com poderes legislativos, o que, no

- *BRAGA, José Luiz, Antônio, Fausto Neto, Sérgio Dayrell Porto (Org.). *A Encenação dos sentidos* : mídia, cultura e política. Rio de Janeiro : Diadorim : COMPOS, 1995. 338 p.
- CAMPOS, Marcelo Rocha. *Integralismo e catolicismo*: proximidades doutrinárias e divergências políticas. 2003. 311f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, 2003.
- CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena*: propaganda política no varguismo e no peronismo. São Paulo: Papyrus; FAPESP, 1998. 311p.
- CHASIN, J. *O Integralismo de Plínio Salgado*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- CORSI, F. L. *Estado Novo*: política externa e projeto nacional. São Paulo: UNESP/FAPESP, 2000. 304p. (Prismas/PROPP).
- DECCA, Edgar S. *1930*: o silêncio dos vencidos. São Paulo: Brasiliense, 1986
- DOTTA, Renato. *O integralismo e os trabalhadores*: a relação entre a AIB, o sindicato e os trabalhadores através do jornal “Acção” (1936-1938). 2003. 119f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Ciências, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- FAORO, R. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre: Globo, 1976.
- FAUSTO, B. *História do Brasil*, 2.ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.
- FONSECA, Pedro C. D. *Vargas*: o capitalismo em construção. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FOULCALT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- GERALDO, Endrica. *Entre a raça e a nação*: a família como alvo dos projetos eugenista e integralista de nação brasileira nas décadas de 1920 e 1930. 2001. 143f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2001.
- GERTZ, R. *O fascismo no sul do Brasil*: germanismo, nazismo, integralismo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. 204p. (Documenta SC;1).
- GOMES, A. C. *Estado Novo*: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- _____. (Org.). *Regionalismo e centralização política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- _____. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

entanto jamais aconteceu. A própria vigência da Constituição, segundo o seu artigo 187, dependeria da realização de um plebiscito que a referendasse, o que também jamais foi feito.

HOLANDA, S. B. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1981.

LEVINE, Robert. *Pai dos pobres? O Brasil na era Vargas*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

_____. *O regime Vargas: os anos críticos: 1934-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

MELO, Jose Marques de. *Sociologia da imprensa brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1973. 163 p. (Meios de comunicação social. 10, Série pesquisas ; v. 2).

MICELLI, S. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1979.

NOVAES, Adauto. (Org.). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

OLIVEIRA, Francisco. *A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PAULO, Heloisa. : *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil : o SPN/SNI e o DIP*. Coimbra : Minerva, 1994.. 181 p.

PRADO JÚNIOR, C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984. 364p.

_____. *A revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966. 332 p.

_____. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1966. 245 p.

SEVCENKO, N. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, F. (Org.). *História da vida privada no Brasil. República: da Belle Epoque à Era do Rádio*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

SILVA, H. *1938 : terrorismo em campo verde: o ciclo Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. 421p. (Documentos da história contemporânea; 11).

_____. *1935 : a revolta vermelha*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1969. 476p. (Documentos da História Contemporânea; 11-G).

SILVA, J.L.W. (Org.). *O feixe: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

SODRÉ, N.W. *Capitalismo e a revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990. 203p. (Nossa Terra).

_____. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo : Liv. Martins Fontes, 1983.

SOUZA, José Inácio de Melo. *O Estado contra os meios de comunicação (1889-1945)*. São Paulo: Annablume : FAPESP, 2003. 229 p.

STEPAN, A. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de janeiro: Artenova, 1971. 222p.

TRONCA, I. *Revolução de 30: a dominação oculta*. São Paulo: Brasiliense, 1986. 101p.

VARGAS, G. *As diretrizes da nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943, 349p.

_____. *Getúlio Vargas: Diário*. São Paulo; Siciliano: Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

VIANNA, Hélio, 1908-1972. *Contribuição à história da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. 664 p.

VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio. 1952.

_____. *Instituições Políticas Brasileiras*. São Paulo, Rio de Janeiro: Edusp/EdUFF. 1987